

O LIVRO DE ALPORTEL  
E A ETNOGRAFIA  
EM ESTANCO LOURO <sup>1</sup>

Pedro Prista

O *Livro de Alportel* é tomado como um caso único no conjunto de monografias locais sobre o Algarve. Analisado a partir de alguns aspectos problemáticos da sua organização, leva a considerar as condições de produção da etnografia que o singularizou e, em geral, a natureza do trabalho etnográfico.

O Algarve tem um estatuto ambíguo no que respeita ao seu fundo bibliográfico. Historicamente destacado do resto do país e do próprio Sul, no qual contrasta com o Alentejo, essa sua fisionomia regional, longamente acertada na sobreposição de discursos que lhe foram talhando os traços, é objecto de um significativo conjunto de textos, que tornam a bibliografia algarvia a um tempo extensa, diversa e rica. Contudo, nela é também possível detectar grandes conjuntos temáticos, estilísticos e cíclicos, onde a ressonância das obras maiores e a multiplicação das suas réplicas produziu um efeito de enchimento, do qual raramente se destacou uma obra problematizadora da região e que dê conta de uma realidade social localizada e alcançável pela experiência etnográfica. Talvez só Frei João de São José, em 1577, e Estanco Louro, em 1929, o tenham conseguido. Por isso, os seus textos, para além do valor intrínseco que possuem, são preciosos lugares de leitura da restante bibliografia regional e local, e tornam possível perseguir os esteios problemáticos, as fracturas dessa realidade social e histórica que a acumulação de textos tanto induz a pensar na sua supostamente óbvia unidade. É, pois, neste sentido, que irei falar do *Livro de Alportel* — como texto excepcional no conjunto da bibliografia sobre o Algarve, mas também como “lugar escrito” que problematiza os outros “lugares sobre que se escreve”, e o próprio valor da “localidade” e da implicação pessoal na produção desses textos peculiares que são as monografias locais.

O período que decorre entre a viragem do século XIX e o meio do século XX foi no Algarve muito contrastado. Ele integra uma fase de expansão que o sossego político posterior às “Guerrilhas”, as leis cerealíferas e o fomento de algumas produções comerciais, como a cortiça, os frutos secos e as conservas de peixe, proporcionaram. Contudo, integra também um longo declínio a partir dos anos 20, para o qual se esperou em vão o efeito tónico da Exposição de Sevilha, de 1930, e que a Guerra Civil de Espanha e a II Guerra Mundial viriam confirmar. O Algarve agro-comercial e conserveiro continuou a marcar a fisionomia das suas vilas e cidades, mas o drama do primeiro ciclo de emigração transatlântica <sup>2</sup>, as memórias dos ranchos de malteses à ceifa pelo Alentejo das

<sup>1</sup> Agradeço à Dr.<sup>ª</sup> Maria Lucília Estanco Louro as informações biográficas sobre o seu Pai, e a Joaquim Pais de Brito e a João Leal os comentários ao texto, pelo qual sou contudo o único responsável.

<sup>2</sup> Para uma síntese, ver Carminda Cavaco 1976: 419, 423.

campanhas de trigo e a miséria indisfarçável dos bairros piscatórios desmentem o alcance social e regional que o protagonismo de alguns empresários e a traça de alguma arquitectura urbana sugerem. É neste contexto muito genérico, que só o acesso ferroviário ao mercado horti-frutícola de Lisboa, primeiro, e sobretudo o turismo e a construção civil, já nos anos 60, viriam alterar, que o Algarve recebe a curiosidade dos grandes eruditos do tempo, a aplicação dos jornalistas em crónicas de viagem e o empenhamento regionalista de promotores económicos.

### Outras escritas sobre o Algarve

Estácio da Veiga, Leite de Vasconcelos, Charles Bonnet, Silva Lopes, cobrem extensamente a totalidade ou quase da região que tomam como campo de inquérito arqueológico, etnográfico, dialectológico, geográfico ou corográfico. Também à escala da região se lançam projectos e visões de desenvolvimento, conselhos para o progresso, protestos de apego regional. Tomás Cabreira, Joaquim Moutinho, Mello Leote, Lyster Franco, como em geral os congressistas de 1915<sup>3</sup>, inspeccionando recursos promissores, diagnosticando carências fatais, ilustram o regionalismo da época. Por esta altura também o turismo, tanto o itinerante, que passa no Algarve a caminho de Sevilha e de Córdova, como o estacionário, que vai a Monchique, à Praia da Rocha ou a Montegordo, suscitam crónicas como as de Adelino Mendes, João Arruda ou Dias Sancho, consolidando um terreno fértil de escrita testemunhal, rápida e opinativa, que tem os seus textos mais destacados em Júlio Lourenço Pinto, Ludovico de Meneses e, a um nível bem superior, nos *Guias de Portugal* onde escrevem Aquilino Ribeiro, Raul Proença e Raul Brandão. E há ainda nesta época o Algarve da literatura, das novelas de Teixeira Gomes à poesia simbolista de João Lúcio, que deixou na escrita regionalista alguma tendência exótica para “opalescências” dos luares.

À parte estas escritas, surge neste período uma numerosa bibliografia etnográfica local da responsabilidade de Ataíde de Oliveira, cobrindo quase todos os quadrantes da região entre 1905 e 1914 com as suas onze monografias. Contudo, é em Gascon que vamos encontrar a precisão etnográfica, embora numa obra fragmentária e que só apareceria reunida tardiamente já nos anos 50.

Assim, nessa viragem do século, que vai da segunda metade de Oitocentos aos nossos anos 30 e no conjunto de referências algarvias, os textos relevantes para etnografias locais aparecem distribuídos por obras de domínios

<sup>3</sup> Refiro-me ao Congresso Regional do Algarve, que, em 3, 4 e 5 de Setembro de 1915, reuniu no Casino da Praia da Rocha os nomes mais destacados do regionalismo algarvio da época.

disciplinares e territoriais muito diversos. No horizonte de todas elas permanece esse texto notável, precoce peça de etnografia, que Frei João de São José escreve em 1577 e que talvez só a estranheza que este “reino” adjunto sempre suscitou aos olhos postos a norte, e acima, permita compreender na sua minúcia descritiva, no englobamento regional que lhe exclui o Alentejo, a Estremadura e a Andaluzia, e que talvez faça deste Algarve um dos primeiros lugares de exercício do olhar que questiona o outro e da memória da antropologia em Portugal, como notou Romero Magalhães (Guerreiro e Magalhães 1983).

Este texto tem, na etnologia do Algarve, um lugar único. Pelo seu anacronismo e pela sua actualidade. Ele é não só uma fonte primeira dos etnógrafos locais, como uma prova perturbadora da permanência dos saberes, modos de vida, técnicas, culturas desse Algarve de obscura vida popular rural, doméstica e periférica aos, já de si periféricos também, pequenos centros urbanos. A partir dele, tem sido sempre possível, até hoje, repetir essa dupla descoberta do Algarve no seu exotismo arcaico e remoto, e do próprio texto, na sua nitidez de testemunho. A ele se recorre com frequência para a história regional, singular no Sul português e ibérico, a qual, não obstante o tumulto de crises e glórias, terramotos, guerras e reformas, epidemias e conquistas, permitiu ainda ao começo do século encontrar por toda a parte a mesma vida quase que espantara Frei João de São José dois séculos antes. Encontrar a mesma vida quase, mas encontrá-la ao lado de tudo aquilo que se procurava, e que era outra coisa: os povoamentos antigos; as divindades e o culto; os sinais de história embaraçada pela sua adição nos mesmos monumentos; as valias estratégicas para o “progresso” regional. Em suma, toda a matéria cara ao exercício da escrita histórico-corográfica, por vezes bairrista, e que é característica da geração anterior à das monografias locais<sup>4</sup> já interessadas em formas de vida social, embora ainda à margem de uma ciência que na época significava positivismo Le Playsiano.

Não seria contudo este que deixaria raízes no Algarve. Depois dos inquéritos de família de Leon Poinsard, só nos anos 40, com Mariano Feio, e depois com Gaetano Ferro já na década de 50, e sob a figura tutelar de Orlando Ribeiro, encontramos absorvida nas monografias e estudos regionais de geografia humana uma etnografia articulada com a análise de morfologias de povoamento. Mas estamos já longe do ciclo das “monografias locais”. Neste, apenas uma obra se destaca para todo o Algarve: o *Livro de Alportel*, de Manuel Francisco do Estanco Louro<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Ver Silva 1995.

<sup>5</sup> Manuel Francisco do Estanco Louro (n. Alportel, 1890 - m. Barranco do Velho, 1953). Licenciado em Filologia Românica em 1919 e em Direito em 1922. Combatente de La Lys e colaborador da *Seara Nova*, foi professor do ensino secundário em Beja e em Lisboa, no Liceu Central de Pedro Nunes e no Liceu Camões, além de dirigente da Casa do Algarve, da Liga dos Combatentes e da Cooperativa Padaria do Povo. Ver João Pires da Cruz, Prefácio à reedição de 1986 do *Livro de Alportel*.

## O Livro de Alportel

O *Livro de Alportel* teve a sua origem no projecto de uma obra dialectológica sobre a região alportelense nos anos de 1912-13, quando o autor cursava Filologia Românica na Faculdade de Letras de Lisboa. Interrompido pela Grande Guerra, esse projecto veio com o tempo e o amadurecimento da formação universitária a tornar-se num "estudo integral" de propósito regionalista, que se prolongaria de 1918 a 1925, data em que Estanco Louro deposita o manuscrito para publicação.

Em 1929, ano da primeira edição conjunta desta obra, o autor apresenta-a como tese para doutoramento na Faculdade de Letras. As provas seriam estranhamente "interrompidas", deixando o candidato definitivamente num limbo académico com graves consequências para a sua carreira. Era já o sinal de uma mudança política a que Estanco Louro, firme republicano da geração da *Seara Nova*, não vergava.

Essa posição política, bem como a origem do trabalho, ajudam a compreender algumas características desta obra: a descontinuidade dum capítulo dedicado à filologia local (Livro IV) relativamente ao resto da obra e o empenhamento político regionalista e republicano como seu objectivo explícito<sup>6</sup>. Vejamos então o que destaca o *Livro de Alportel* no conjunto da bibliografia sobre o Algarve e como obra de etnografia local.

Toda a obra aparece subordinada à preocupação constante de organizar a informação de forma total e lógica, ou seja, sem diminuição, sem repetições, em consistência progressiva. O resultado é semelhante ao de uma figura enciclopédica do conhecimento local, frustrada necessariamente não só pela própria impossibilidade do projecto obstinado que a inspira, mas também pelas carências teóricas que o objectivo regionalista não poderia suprir. Geografia, história, vida económica, vida mental e vida social sucedem-se em cinco livros justapostos, embora, quando lidos como fonte etnográfica, revelem transversais coerentes de grande riqueza informativa.

No Livro I ainda encontramos o deslizar estilístico para a conjectura, suprida pela poesia: a serra foi vivendo

com sorte vária [...] numa longa época de muitos séculos [...] à beira-mar que foi, como todos os maridos, ora meigo, beijando-a e afagando-a com carícias misteriosas, ora irascível, açoutando-a, sem piedade, rugindo. Era um mar mezozóico ou triássico... (p. 9).

É nesta parte do plano da obra que Estanco Louro se sente menos à-vontade, no que, aliás, não foge ao paradigma dominante. É também aquela que ele coloca mais longe do objectivo explícito do seu trabalho e dos domínios que considera mais interessantes para o alcançar. Esse objectivo é o de contribuir

<sup>6</sup> Permanece, contudo, um enigma a razão por que este "seareiro" não integrou o grupo da Biblioteca Nacional que redigiu os Volumes I e II do *Guia de Portugal* nas secções sobre o Algarve.

para a melhoria da vida social e a compreensão dessa vida social “enquanto resultante de dois factores — a vida económica e a vida mental” (p. IX), mas Estanco Louro está ciente da “falta de um plano íntegro de conjunto, motivado, naturalmente, pelo âmbito ou objectivo ainda indeterminado das ciências sociais”.

A sistematização da obra resulta assim numa arquitectura bizarra. À progressão que parte da mais remota e conjectural história geológica sucede uma geografia económica que da mineração vai dar à produção vegetal, e daí a um capítulo sobre estradas, uma geografia política que nega a naturalidade da circunscrição administrativa, e a uma geografia social onde conclui “não dimanarem felizmente das condições mesológicas, fenómenos sociais alarmantes”.

A vida social, que emerge da natureza, remete logo para o tempo histórico no Livro II, que regressa novamente ao mais remoto pretérito, para chegar à história local da freguesia e do concelho apenas no fim. No Livro III, são então invocados os capítulos finais dos dois primeiros livros, e vemos tratados com muito maior detalhe a população, a agricultura, a indústria, o comércio, a propriedade e o consumo, já autonomizados desse além, natural e cronológico, que parece fazer mais falta ao plano enciclopédico do trabalho do que aos objectivos do autor e aos objectos que elege. Estes têm agora a sua oportunidade plena, já desembaraçados do constrangimento arquitectónico da obra, e é por isso que com eles se inaugura efectivamente a etnografia de Estanco Louro.

E inaugura-se afirmando repetidamente os princípios que tornam excepcional e etnograficamente crítica esta obra. Estes, aliás, já tinham sido anteriormente afirmados, nas críticas feitas a eruditos como Estácio da Veiga, Leite de Vasconcelos e Charles Bonnet, sempre em nome dos logros a que conduz aquilo que chama a “generalização”:

No Algarve, é quase sempre impossível qualquer generalização [...]. Bonnet generalizou, o que raramente serve para o Algarve [...]. É que a região alportalense é terra de contrastes — como nos cenários de mágica, há mudanças a cada passo; surgem inesperadamente coisas diversas; as formas acanham-se, dilatam-se pela complicação, o enredo das linhas dos contornos (p. 7: n.; p. 17: n.; p. 19).

A generalização que Estanco Louro combate no seu livro não é uma simples viciação dos dados pela sua subordinação dedutiva. Estanco Louro reconhece-o na forma cautelosa e respeitosa como apresenta as suas correcções, sempre como propostas ou como suplemento. Trata-se antes da generalização induzida pela abreviatura das observações em relação a uma realidade, natural e humana, em extremo exigente de detalhe e que foge às atenções mais sábias, talvez mesmo por força desse saber de alcance excessivo para a distância focal a que esta realidade obriga. É a observação e a escala de real a que opera que estão em causa e, com isso, é o problema das condições que possibilitam essa observação que Estanco Louro levanta. Enquanto “local” a

etnografia interpela as sínteses regionais e a sua lógica de inquérito, contrapondo-lhe outra, baseada na implicação e identificação com o próprio local como terreno e como objecto. São esses saberes que permitem ao texto aproximar-se progressivamente da casa, da sua vida doméstica e familiar, da intimidade do seu quotidiano, do pormenor da sua vida de trabalho e de lazer, e até de dimensões que levam Estanco Louro a expor-se pessoalmente e à sua família. É o caso de duas partes dos Livros III e V, e do "Esboço" com que remata o livro.

A identificação com o terreno não o autodispensa, contudo, da exactidão e da sujeição desses saberes à inspecção crítica. A sua "Vida Económica" baseia-se em contagens detalhadas que começam na população e vão à propriedade, sobretudo à rústica, às suas formas de exploração e à avaliação minuciosa do seu rendimento. Veja-se o mapa que constrói (p. 135) sobre a divisão da propriedade em redor dum ribeiro em Alportel de baixo, com a sua distribuição pelo número de proprietários, ou a distribuição de culturas por superfície total do concelho de serra e de barrocal (p. 133), feita por "cálculo baseado na reflectida observação directa". Aliás, só essa "reflectida observação directa", coextensiva quase à sua própria vida, desdobrada pelas memórias familiares que se diluem no quotidiano banal, permite apurar detalhes de muito difícil precisão, tais como os que aparecem no mapa onde se compara a despesa e o rendimento por jeira e por cultura entre o barrocal e a serra (pp. 144-45), fonte preciosa, tanto mais que os valores para o trabalho também são especificados adiante (p. 169-70). O valor da terra já teria sido considerado em função não só das suas características próprias, como relativamente à distância da casa, sede de exploração, e ao momento biográfico do ciclo do grupo doméstico (pp. 134-36), avançando uma explicação substantiva para o tão castigado "furor da divisão predial".

Mas as suas contagens da vida económica em Alportel não se limitam à estatística do rendimento das terras, nem à sua qualificação humanizada em função do trabalho, do esforço e da estratégia reprodutiva. O Livro III remata com um resumo e um mapa sobre a produção e o consumo alimentar anual no concelho, geral e individual, anual e diário, construído, como escreve Estanco Louro, a partir "do consumo na casa do meu Pai". Para além da segurança que transmite o valor testemunhal deste quadro (p. 175), é a tradução, reduzida à dimensão da experiência do indivíduo, dos factos sociais construídos e analisados anteriormente, que o torna particularmente iluminante e faz dele, apesar da aparente frieza da sua quadrícula e dos seus algarismos, um registo etnográfico notável. Por exemplo, tratando-se de um regime de pequena agricultura familiar de auto-subsistência, vemos nele o papel decisivo que o peixe tinha na alimentação, tanto quase como o milho para as papas e para o xerém, revelando uma articulação com as sociedades marítimas que poucas vezes aparece ao longo do texto. As razões para tal têm decerto menos a ver com a desatenção do autor do que com o facto de a complexidade de relações que articulavam o alto barrocal com a serra ser muito distinta das pontuais e socialmente distantes articulações com as povoações marítimas.

Estas observações constituem um registo de exactidão e sinceridade, onde valores pessoais e científicos coincidem, simultaneamente revelando o etnógrafo como instrumento de trabalho de campo e a etnografia como algo mais do que um simples inquérito no terreno.

Esta convergência entre etnógrafo e etnografia, que, ao invés dum subjectivismo narcísico, resulta em clareza e precisão de dados, vai-se aprofundando ao longo do livro. Não, contudo, sem antes se interpor um Livro IV sobre a vida mental, que, apesar da sua riqueza, interrompe, com a extensão enumerativa do seu cancionero, romanceiro, adagiário, léxico, etc., o registo anterior, que só será recuperado no Livro V sobre a vida social, e na adenda de um “Esboço Monográfico de Uma Família”, que é, aliás, a sua própria.

É no Livro V que Estanco Louro melhor revela dois outros aspectos da sua prática como etnógrafo: a sensibilidade histórica à relatividade de algumas “tradições” e a implicação política como corolário do envolvimento que acompanha o seu trabalho. Quanto ao primeiro aspecto, é sobretudo o Capítulo I, sobre a casa, que mais rico nos parece, até porque o domínio da arquitectura popular tem servido de recurso às caracterizações regionais normativas e tem sido amplamente documentado, levantando também problemas de classificação — o que o mesmo será dizer, de generalização — contra as quais Estanco Louro tanto nos acautela. A casa de Alportel é-nos descrita por Estanco Louro sempre em função das diferenças sociais e de época histórica da sua construção, assumindo ainda que século e meio será o máximo de antiguidade observável e que a moda traz na sua sequência de volubilidades uma influência tão decisiva quanto a de recursos técnicos novos:

Destas casas mais antigas [...] serão muito raras as construídas há mais de um século) [...] de algum lavrador mais abastado [...] pode ver-se [...] a vergar de peso a chaminé quadrilonga, atarracada, de faces largas, com frentes escancaradas, em rectângulos esborrachados (p. 385). [...] Depois há aí uns 50 anos [...] as chaminés mais esguias e elegantes nos seus arabescos rendilhados e nos xadrezes complexos dos orificiosinhos das faces, mais estreitas.

São as emblemáticas chaminés algarvias aquelas que Estanco Louro considera “chaminés elegantes que procuram formas e ornatos curiosíssimos” e cuja moda associa ao período áureo da cortiça, entre 1870 e o final do século, como aliás outros ornatos, nas cimalthas e nas cantarias, ou novidades como o pára-raios, e a multiplicação das açoteias pelo desdobrar de divisões da casa, que se expande. Inclusivamente reconhece um empobrecimento geral da arquitectura popular no período seguinte, e até a chaminé acaba por vezes recuando para o sistema anterior “nas casas pobríssimas, (de) telha levantada” (p. 388).

Além da casa, Estanco Louro dá-nos ainda precisas indicações sobre a paisagem agrária que só a reconsideração atenta de memórias pessoais poderia valorizar e identificar no seu significado. É o caso do desaparecimento dos castanheiros, da maturidade de uma significativa mancha de sobreiros e do fim do regime livre de exploração das matas da orla da serra, quando o furor

cerealífero que se seguiu às leis do final do século e a divulgação do guano vieram mutilar um recurso complementar da economia do barrocal, além duma representação da natureza ainda não diminuída sob o cativeiro das propriedades individuais (p. 423).

Infelizmente, muitas das informações mais vivas deste Livro V encontram-se na secção "Usos e Costumes actuais" do Capítulo XI e fragmentam-se por cento e cinco entradas diferentes, adicionadas talvez já na impaciência de completar, sem perdas, esta sua obra e por fim requerendo constantemente a leitura cruzada com capítulos anteriores.

É também o que se passa quanto às suas considerações sobre a Igreja e a administração central, dispersas por capítulos da vida económica e da vida social, e reconduzíveis genericamente a uma intenção política fruto do empenhamento pessoal e da pertença social assumida na própria decisão de escrever o *Livro de Alportel*. As suas considerações cáusticas sobre a pressão fiscal da Igreja vão de par com a sua opinião sobre o nefasto papel de alguns prelados no acicatar de ódios durante as guerras civis, e o Estado é encarado criticamente pela sua distância e abandono. Veja-se a cronologia que Estanco Louro apresenta da querela sobre o ramal ferroviário (pp. 152-155). Assim, tanto aparece a Igreja criticada no seu zelo localmente perverso quanto o Estado pela sua incúria longínqua.

É sob esta dupla direcção crítica, e na linha da sua posição política de republicano "seareiro", que Estanco Louro deixa informações importantes sobre a escola e o ensino em Alportel, mostrando não só concretizados localmente aspectos conhecidos sobre o funcionamento da vida escolar, a sua precariedade, as suas sujeições, as ambições e os imaginários que nela se pretendiam satisfazer, a impossibilidade do seu sucesso pedagógico, a ténue transmissão do "ler e escrever", mas também dados invulgares como o do ensino ser por vezes assegurado por "fugitivos". Diz que

é lá muito viva a tradição dessa vida escolar antiga. Os mestres eram homens de fora da freguesia. Sobre eles pesava, em regra, qualquer suspeita moral: ou eram foragidos; ou eram inadaptáveis a qualquer profissão sedentária e persistente; ou eram homens que não prestavam para outra coisa. A população alportalense sempre acolheu tais homens com a máxima hospitalidade, sem reserva, tratando-os até com carinho. E, se exceptuarmos um ou outro desaparecimento súbito, com o não pagamento de pequenas dívidas ou mesmo o furto de pequenas coisas, tem sido correcto o seu comportamento (p. 404).

É na escola, e em geral na activação da vida cívica, que o cidadão Estanco Louro confia para se alcançar o progresso na sua terra. Mas não só nela. O autor diz-se um "regionalista" por projecto político, e dá-se como etnógrafo local, mas não bairrista. Prova-o a distância crítica com que dissecas as pretensões de alguns alportalenses a uma antiguidade muito remota da sua terra ou tratando das questões das anexações de sítios ao concelho (p. 83). O seu "regionalismo" está traduzido nas conclusões, que são um programa de reforma administrativa política, judicial, religiosa, fiscal e agrária, e de desenvolvimento industrial,

comercial, económico e social, ou seja, de defesa da população, face à “inútil e perigosa viagem de muitos recursos da província até Lisboa e a torna-viagem de Lisboa para a província, quando estes recursos se destinam a serviços que só a ela dizem respeito e lá sabem administrar e fazer muito bem” (p. X).

O *Livro de Alportel* procura assim abarcar, à escala da totalidade dos tempos, todo o saber localmente relevante e que justifique a determinação política do futuro regional, cumprindo o projecto positivista de “aplicação de um método indutivo no estabelecimento de normas de governação pública” (p. 470).

### Questões em torno de um texto

Setenta anos depois de ter sido publicado, este texto chega-nos ainda vivo às mãos. O que lhe dá esse valor intenso hoje, um valor de fonte<sup>7</sup> e de contraponto reflexivo? Talvez o facto de ajudar a conceber um projecto de etnografia numa base realista sem impor objectivismos, incisivo na descrição, mas patente à inspecção crítica e responsabilizado com o terreno; em suma, o facto de ajudar a reinventar a etnografia como ciência humana e humanizada.

O *Livro de Alportel* obriga a uma leitura descontínua, quase desorientante. No conjunto heteróclito das suas subdivisões, é bem clara a forma como lhe escapam as conjecturas históricas e sobretudo a matéria filológica. Esta última, ao mesmo tempo desambientada e inerte, perturba pela vastidão de registos que adiciona e pela cautelosa transcrição a que se limita, tanto mais que sabemos pelo autor que fora ela a origem do seu trabalho, que era ela o domínio científico consagrado e a competência académica onde buscava reconhecimento. Todavia, e tal como tantas vezes terá acontecido nas etnografias locais, os dados foram ao mesmo tempo excessivos e insuficientes. Excessivos face ao âmbito “local” a cuja escala a etnografia opera, e insuficientes para servir a uma teoria da cultura que só o comparativismo e a história etimológica poderiam visar. Assim, nenhuma interpretação se poderia construir a partir deles que tivesse por referente a suposta “vida mental” alportalense, e seria preciso uma escala regional e cronológica bem diferente para extrair utilidade heurística de um material tão rico. Ficou assim apenas o registo, ao preço dum contraste gritante com a etnografia que o rodeia; algo como uma realidade jazente, disponível a autópsias, mas não à observação da vida em que tão frequentemente o resto do livro nos envolve. Os textos, enquanto “lugares de repouso do sentido”<sup>8</sup>, sem quem os disse nem quem os ouviu, têm, ao lado da transcrição das observações da vida social, apenas um rigor lapidar.

Por contraste, nas outras “etnografias” destes livros intervêm pessoas e sobretudo um autor com elas. O autor escreve num exercício de distanciação e de recentramento pessoal pelo qual se tornam dados muitas das coisas que ele já conhece. Não como intuições perscrutadas, mas como revelação meto-

<sup>7</sup> Refiro-me a Fabre, quando afirma que a etnologia é uma das fontes maiores da própria etnologia (Fabre 1992: 52)

<sup>8</sup> A expressão é de Maria Alzira Seixo (Seixo 1979).

dicamente ordenada e que aponta quais as indagações a fazer e os inqueritos a aplicar para a sua validação, pois o terreno é aqui uma realidade póstuma e a etnografia um procedimento analítico e não um registo anotado a partir do vislumbre imediato de uma interpretação e destinada a posterior desdobramento laboratorial. O texto constrói-se por uma espécie de método etnográfico às avessas<sup>9</sup>.

A voz do autor emerge assim progressivamente no texto, sem disfarce, e cabe ao leitor ser o interpretante dessa relação que se revela. Primeiro ao mostrar as suas avaliações morais da história local, nomeadamente as relativas ao papel da Igreja, mas logo ao concretizar a vida económica, onde já não é uma população em geral que está em causa, mas sim os seus próprios vizinhos, nas suas terras, nas suas casas, no seu quotidiano. Passado o Livro IV, a vida social regressa com observações que são rememoradas da sua própria vida naquele local, frequentemente avaliadas à luz das suas implicações políticas com o destino de um meio ao qual pertence. Por fim, o texto remata com uma monografia da sua própria família, onde Estanco Louro expõe, até à tensão confessional, intimidades da sua vida e da dos seus familiares, num registo autobiográfico que, contudo, vai progredindo no texto sempre em paralelo a outro: o da contagem.

Assim, apesar de autobiográfico, neste texto o narrador não se vai substituindo ao objecto. Pelo contrário, ele está no texto como uma chave de objectivação desse objecto. O presente etnográfico faz-se na convergência de vários tempos perante o etnógrafo<sup>10</sup>, ele próprio em processo enquanto parte do objecto e enquanto sujeito que revela na trajectória do seu texto o questionamento do seu próprio estatuto e as deslocações que vai fazendo, desde cicerone da geomorfologia até informante de si mesmo, sem se tornar nunca narcisicamente o espeleólogo do seu *temps perdu*. É este seu estatuto — muito para além do de observador, de inquiridor ou de escritor — que permite descrever com tal precisão de contornos, com tal quantidade de detalhes, com tal segurança de avaliação os factos etnográficos. É ele que permite ao mesmo tempo reconhecer o realismo do referente do texto e o lugar pessoal donde ele foi tomado<sup>11</sup>, ou seja, o território onde ocorre a implicação social do etnógrafo e ao qual temporariamente a sua biografia está empenhada<sup>12</sup>.

Este trabalho, onde não houve procedimentos intencionais de “observação participante”, mas antes identificação do autor “nativo” com o terreno e rememoração de experiências, ajuda a pensar o valor da etnografia não só como anotação, mas como construção válida, reveladora dos andaimes com que

<sup>9</sup> Não parte de qualquer atitude expedicionária, nem vai em busca de um contraste cultural, nem se constrói como acto de escrita de “notas de terreno” no sentido que lhe dá Clifford (Clifford 1990).

<sup>10</sup> Refiro-me aos quatro sentidos em que Sanjek toma a expressão *present* (Sanjek 1991): actualidade da prática etnográfica — e, nesta, os oito usos do presente apontados por Davis (Davis 1992) —, apresentação etnográfica, presença do etnógrafo e dádiva etnográfica.

<sup>11</sup> Para uma síntese deste equilíbrio tenho em mente o texto de Kirsten Hastrup (Hastrup 1995), em particular o Capítulo IX e os cuidados a ter no deslizamento que a palavra “evidência” permite entre “prova” e “ilustração”, e que remete para um quadro próprio de reflexão.

<sup>12</sup> Para várias dimensões desta articulação, ver Hastrup 1992.

se construiu e das razões, pessoais até, das interpretações com que se fez. A multidão de procedimentos que fazem as etnografias, as razões que levam a reconhecer que o etnógrafo é o principal instrumento de pesquisa etnográfica, talvez tenham nesta “etnografia local” e na sua correlata “etnografia pessoal” um bom texto onde se pensar, na sua ambiguidade e nos seus limites. De facto, o *Livro de Alportel* habita um espaço de ambiguidade resultante do carácter biográfico da pesquisa e da objectividade realista que a caracteriza e, nessa medida, permite-nos pensar os limites da etnografia como procedimento impossível aquém de níveis de implicação intersubjectiva e local extremos, e até relativamente autónomos dos propósitos disciplinares e académicos que pretende servir; isto é, como procedimento arriscado, aberto às surpresas, em última análise até à sua própria impossibilidade enquanto experiência pessoal ou como texto a haver.

Por detrás da figura geométrica dos cinco livros, e do atravessamento de todos eles pelas mesmas diagonais etnográficas, aparece uma obra, que se vai procurando no seu próprio autor e que culmina em rasgos confessionais de tensão e valor etnográfico extremos, sem bascular na arbitrariedade das idiossincrasias. É que talvez o problema da determinação da etnografia não esteja tanto na questão pendular do realismo e do construtivismo, mas no facto de serem raros os casos que realizaram esse radicalismo metodológico pelo qual se dá o processo de convergência laboriosa e tensa da reflexividade de um sujeito e do desdobramento exponencial de uma “realidade”.

O texto que daí resultou, uma vez desmontado com as próprias chaves que nos entrega, deixa ver a voz do autor e as outras que ouviu, bem como a circunstância em que se fez. Mas revela também a sua “realidade relativa” teorizada em etnografia, a qual clama pelo contraponto crítico de novas etnografias igualmente radicais, e que nenhuma especulação sobre este texto e os seus fundamentos empíricos substitui.

Não é assim uma pretensa objectividade de referência nem uma prioridade moral do testemunho que tornam esta etnografia valiosa, ou que a salvaguardam da leitura crítica dos seus pressupostos histórico-culturais ou de transitividade interpretativa a que nada escapa. É o facto de nela a etnografia estar construída com tanto mais coerência e profusão quanto o autor levou longe a sua implicação com o terreno e a revela.

O *Livro de Alportel* e a carreira do seu autor tiveram por fim destinos análogos: impedida a carreira, esquecido o livro por pouco. Este, editado inicialmente em dois números sucessivos do *Boletim do Ministério da Agricultura*, em 1928-29, quatro anos depois de ter sido entregue para publicação, vem a ter uma única edição conjunta, como separata do mesmo *Boletim*, acrescida de quatro mapas, em 1929, tirada a quinhentos exemplares apenas. Só em 1986, por iniciativa da Câmara Municipal de São Brás de Alportel, foi feita uma reedição facsímile do volume conjunto, que insere um texto biobibliográfico de João Pires da Cruz, e que voltou a ser impressa já em 1997. Nenhum eco reflexivo parece ter entretanto originado que viesse estimular a identificação local, a afirmatividade dum colectivo assumindo a sua localização, o brio narcísico em

Alportel. O próprio livro explica, aliás, antecipadamente as condições sociais e históricas que excluem a possibilidade dessa sua ressonância e, com ela, a da relação especular “duma” sociedade com o “seu livro”. Este, dado por título no singular, livro único e absoluto de Alportel, teve, contudo, direito a uma curiosa homenagem. É ele que, sobre o pedestal que homenageia a memória de Estanco Louro, protagoniza um monumento em Alportel, desactivando talvez nessa sua institucionalização em estátua um seu papel como livro que terá acabado por ajudar a esquecer. Deturpado inclusivamente no seu título, pois o volume erigido sobre o pedestal tem gravado na capa “Monografia do Concelho de Alportel”, o monumento assinala hoje apenas a memória declinante que o concelho de São Brás absorveu e o destaque dado, por sobre a pessoa do autor, à figuração muda da sua obra, num livro de pedra.

#### BIBLIOGRAFIA

- CAVACO, Carminda, 1976, *O Algarve Oriental*, Vol. II, Faro, GPRA.
- CLIFFORD, James, 1990, “Notes on (Field) Notes”, SANJEK (ed.), *Fieldnotes*, Ithaca, Cornell University Press: 47-70.
- DAVIS, John, 1992, “Tense in Ethnography: Some Practical Considerations”, OKELY, J., e H. CALLAWAY (eds.), *Anthropology and Autobiography*, Londres, Routledge, 205-220.
- FABRE, Daniel, 1992, “L’ethnologue et ses sources”, ALTHABE, FABRE e LENCLUD (eds.), *Vers une ethnologie du present*, Paris, Maison des Sciences de l’Homme.
- GUERREIRO, M.V., e J.R., MAGALHÃES, 1983, “Duas Descrições do Algarve do Séc. XVI”, *Cadernos Revista de História Económica e Social*, 3, Lisboa, Sá da Costa.
- HASTRUP, Kirsten, 1992, “Writing Ethnography: State of the Art”, OKELY, J., e H. CALLAWAY (eds.), *Anthropology and Autobiography*, Londres, Routledge, 116-133.
- , 1995, *A Passage to Anthropology — between Experience and Theory*, Londres, Routledge.
- LOURO, Manuel Francisco de Estanco, 1929, *O Livro de Alportel*, 2 vols., Sep. do *Boletim do Ministério da Agricultura*, ano XI, n.ºs 1 a 6 Jul-Dez 1928, e n.ºs 10 a 12 Abril-Junho.
- SANJEK, Roger, 1991, “The Ethnographic Present”, *Man*, Vol. 26 (4).
- SEIXO, Maria Alzira, 1979, “Problemas e Perspectivas”, *Análise Semiológica do Texto Fílmico*, Arcádia.
- SILVA, Augusto Santos, 1995, “Os Lugares Vistos de dentro: Estudos e Estudiosos Locais do Séc. XIX Português”, BRANCO, J.F., e J. LEAL (eds.), *Retratos do País. Actas do Colóquio — Revista Lusitana*, n.ºs 13-14.
- S. JOSÉ, Frei João de, 1577, *Corografia do Reino do Algarve*.

Pedro Prista

THE “BOOK OF ALPORTEL” AND ESTANCO LOURO’S ETHNOGRAPHY

*The Book of Alportel is taken as an unique case within the whole of local monographs on the Algarve. Analyzed from some problematic aspects of its organization, it leads us to consider the conditions of production of the ethnography characterizing it and, in general, the nature of ethnographic work.*

Departamento de Antropologia do ISCTE  
Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)